

Dalsgaard AL. *Vida e esperanças – esterilização feminina no Nordeste*. São Paulo: Editora da UNESP, 2006. 314 p.

Márcia Thereza Couto

Departamento de Ciências da Saúde, Universidade Federal de São Paulo/UNIFESP

Anne Line Dalsgaard é professora no Departamento de Antropologia da Universidade de Aarhus, Dinamarca. *Vida e esperanças* é baseado em extensa pesquisa etnográfica em Camaragibe, município da periferia do Recife (PE), Brasil, visando seu doutoramento. Originalmente publicado em inglês com o título *Matters of Life and Longing* pela Copenhagen Museum Tusulanum Press, em 2004, o livro recebeu menção honrosa da Society of Medical Anthropology, órgão da American Anthropological Association. Tendo vivido em uma comunidade de Camaragibe, como mulher e como mãe de dois filhos, Anne Line descreve intensa e densamente os motivos que levam as mulheres a aceitar e a buscar ativamente a esterilização. Em sua consistente análise, mostra a esterilização como sintoma dos constrangimentos sociais de base estrutural e, ao mesmo tempo, como fonte de recurso das mulheres, visando dar sentido e ter controle sobre suas próprias vidas.

O objetivo de seu trabalho de campo, realizado entre 1997 e 1998, era o de buscar o significado da fecundidade e do nascimento no nível mais imediato, isto é, no da vida cotidiana. Entretanto, a experiência de acontecimentos violentos na comunidade (assassinatos ligados ao tráfico de drogas) e o conseqüente medo da violência atingiram seus informantes e ela própria, acarretando, inclusive, redirecionamentos na pesquisa e na análise.

Sua interpretação acerca da luta da mulher pela esterilização se dá apoiada em M. Merleau-Ponty, W. James, G. H. Mead, A. Schutz, M. Jackson e N. Crossley, como uma busca de reconhecimento social. Assim, embora o argumento que fundamenta a análise seja fenomenológico, dado o foco na experiência vivida e no sentido subjetivo, situando a fecundidade e a esterilização no dilema existencial de autonomia e dependência, sua análise leva em conta também o polêmico campo das relações sociais, que são modeladas pelas forças da economia política num nível que vai além do imediato mundo da vida.

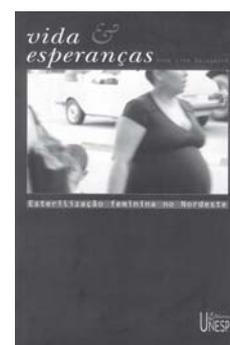
O livro está estruturado em prólogo, sete capítulos e mais epílogo. Na tradução para o português pela editora da UNESP, conta ainda com um pre-

fácio à edição brasileira e uma apresentação do antropólogo Russel Parry Scott da UFPE.

O capítulo I descreve as mudanças estruturais na sociedade brasileira em relação às quais as mulheres parecem ter saído em desvantagem em todos os aspectos, exceto um: ganharam o direito de definir a própria vida e de agir para melhorá-la, com os recursos da medicina moderna. Neste processo, conjugam-se três dimensões relacionadas: os direitos das mulheres no âmbito reprodutivo, a responsabilidade individual e a submissão à autoridade médica. O argumento central do capítulo é claramente exposto pela autora, na página 40: [...] **mais que considerar a esterilização como um simples método de controle da natalidade, defendo a idéia de que, para as mulheres, ela constitui uma esperança de exercer controle sobre a própria vida.**

Os capítulos II e III apresentam as circunstâncias de realização do estudo, as técnicas de produção de dados adotadas no trabalho de campo e introduz o leitor no cotidiano do bairro onde a pesquisadora morou e fez a pesquisa. Vale destacar, quanto à metodologia, o emprego de diferentes técnicas de pesquisa qualitativa (entrevistas semi-estruturadas, observação etnográfica em hospitais públicos) e quantitativa (questionários para levantamento sociodemográfico da comunidade), demonstrando a riqueza e atualidade dos estudos etnográficos centrados na participação na vida diária da comunidade, informada e substanciada por fontes secundárias. A seriedade com que conduz e apresenta o contexto da pesquisa possibilita ao leitor adentrar na vida de um bairro marcado pelo desemprego e pela penúria e alcançar as famílias, a escola, as igrejas e os serviços de saúde. E, no contexto destes ambientes, conhecer o universo das amizades, mexericos, segredos e desentendimentos entre informantes e destes com a pesquisadora. Sua análise, como a própria autora diz, está longe de buscar a verdade. Ao contrário, busca uma provável interpretação do que estava em jogo em determinado momento da história, de acordo com sua experiência. Sua etnografia ganha legitimidade na medida em que se apóia numa ampla descrição do caminho do etnógrafo e da exposição das escolhas feitas em campo e durante a redação do trabalho, de forma que torne a parcialidade transparente.

O capítulo IV situa a fecundidade em relação a mudanças estruturais no Brasil a partir da década de 1960, descritas à luz do conceito de biopoder de Foucault, e tendo como foco a expansão do atendimento médico e a queda da taxa de



fecundidade. O aspecto da medicalização da reprodução no Brasil é descrito em detalhes, com ênfase especial à associação entre cirurgias cesáreas e esterilização feminina praticada no país desde o final da década de 1970. No levantamento que realizou no bairro pesquisado, a taxa de esterilização encontrada foi de 35%. A taxa de esterilização de mulheres em idade média era relativamente baixa, mas bastante elevada entre mulheres com menos de 25 anos. Aponta, ainda para o município, uma prevalência de esterilização realizada durante operações de cesariana que ultrapassa os índices verificados tanto no Nordeste quanto em Pernambuco.

Este capítulo é sugestivo da inovação que a pesquisa traz no campo dos estudos sobre fecundidade pela ênfase posta na necessidade de incluir a experiência individual quando se considera e se avalia a mudança reprodutiva vivida no país. Neste sentido, a partir da história das mulheres da comunidade, discute os ‘corpos controlados’ - submetidos à autoridade médica - e os ‘corpos sujeitos’ que procuram controlar a própria vida, dispostos, para tal, a aceitar os meios que lhes são oferecidos. Conclui propondo que as mulheres, ao aceitarem o papel de pacientes submissas, adquiriram os meios de pensar e agir sobre a própria vida, de uma maneira que os homens não compartilham. Sua análise sobre medicalização, ao mesmo tempo em que aponta para a submissão das mulheres, defende que estas usam os meios postos à disposição pelo sistema de saúde para se sentirem com certo grau de competência e capacidade de escolha. “Considerando a situação de fora, pode-se dizer que elas estavam sendo controladas; de seu próprio ponto de vista, contudo, elas adquiriam controle”.

No capítulo V, é abordada a construção simbólica do ‘cidadão de segunda classe’ que motiva as mulheres pobres a mudarem seu corpo (com a esterilização). Apoiada pelas contribuições de Merlau-Ponty e G. Mead acerca do reconhecimento - visto como uma necessidade humana - defende que o sentimento de inferioridade das pessoas deriva da imagem de si com que se deparam na vida social. Isto é descrito no estudo como na relação das mulheres com os serviços de saúde. A esterilização tornou-se, segundo a autora, mais uma metáfora na luta pelo reconhecimento, como sinal de controle. Assim, como diz a autora na página 60, ***Entre as múltiplas preocupações na vida de cada mulher, a esterilização se***

constitui em uma forma de conquistar poder; como se, pela mudança do corpo, ela se tornasse menos sujeita à dependência associada à fecundidade.

No capítulo VI, são apresentados motivos e circunstâncias que levam as mulheres à busca pela esterilização. Sobre as razões pela busca da esterilização, mostra que as mulheres não consideravam nenhum método contraceptivo reversível satisfatório. Por muitas razões: o difícil acesso aos métodos, a baixa confiabilidade de pílulas e camisinha, o desconhecimento de alternativas, a falta de força para se impor nas relações sexuais. Por meio da descrição das relações sociais das mulheres do bairro, relaciona ações pessoais, esperanças e aspirações a processos históricos e forças políticas e econômicas. Em verdade, ela não faz uma crítica às mulheres nem à esterilização como método anticoncepcional, mas às condições nas quais as mulheres têm de tomar suas decisões.

Ainda neste capítulo, traça interessantes articulações entre a percepção de homens e mulheres sobre maternidade e paternidade, e as mensagens dirigidas pelos serviços de saúde, especialmente às mulheres, da ‘maternidade responsável’. Assim, esta noção de maternidade responsável localiza, em certo sentido, a resposta dos profissionais da saúde frente às demandas femininas por esterilização. Em sua análise das relações afetivo-conjugais entre homens e mulheres, destaca-se a importância de entender que, no contexto da busca por cesárea e esterilização, estão as contingências da vida afetivo-sexual do casal.

As conclusões ressaltam o argumento central da autora: ***Desenvolvi a idéia de sujeito como paciente e como agente, engajado no mundo da vida, com o objetivo de tornar plausível e reconhecível o desejo de esterilização de certas mulheres num mundo de pobreza e desrespeito.***

Vida e esperanças é um trabalho lúcido, acessível e que deve alcançar grande e variada audiência no Brasil e América Latina, especialmente entre aqueles com interesse no campo da Antropologia e nas áreas de estudo em saúde reprodutiva e gênero. A escrita de Anne Line Dalsgaard apresenta um estilo que transmite a sensação da vida tal como é vivida, em sua forma multifacetada e sempre cambiante. Seus dados empíricos acerca da esterilização entre mulheres da periferia de um grande centro urbano são analisados e apresentados enquanto um processo em que as pessoas são, ao mesmo tempo, sujeitas ao controle e investidas de poder.